

19 AGO 2002

Economia - Brasil

Menos R\$ 13,4 bilhões de receita

JORNAL DO BRASIL

EDNA SIMÃO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA - A receita do próximo governo poderá sofrer uma queda de R\$ 13,4 bilhões se algumas medidas não forem aprovadas ainda neste ano pelo Congresso Nacional. Segundo cálculos do economista da consultoria Tendências Júlio Cesar Callegari, o próximo presidente não contará com R\$ 7,5 bilhões dos fundos de pensão, R\$ 1,1 bilhão de tributação sobre o lucro da Petrobras e R\$ 1,6 bilhão da soma de pagamento de débitos judiciais.

A situação será pior se os parlamentares não aprovarem a manutenção das alíquotas de 27,5% do Imposto de Renda e de 3% da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL). Se isso acontecer, representará uma redução de R\$ 3,2 bilhões na arrecadação, sendo R\$ 1,9 bilhão do IR

e R\$ 1,3 bilhão da CSLL.

O economista e ex-diretor do Banco Central (BC) e professor do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (Ibmec), Carlos Thadeu de Freitas, teme que na revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional seja solicitado um arrocho fiscal ainda maior. Segundo ele, o impacto da desvalorização cambial poderá resultar em aumento de superávit para compensar perdas. Freitas defende a Reforma Tributária, corte nas despesas e aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). "O próximo presidente tem o acordo com o Fundo que dá paz no início do governo. Mas mudanças precisam ser feitas para o investidor voltar a aplicar no país", diz.

A economista do BBV banco Zeina Latif diz que uma das receitas extraordinárias

que podem ser levantadas no próximo governo, caso não ocorra ainda este ano, é o recebimento de dívida do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) com a Receita Federal. "É apertado o cumprimento", afirma em referência ao superávit de 3,75% do PIB acertado com o FMI.

Para o economista do JP Morgan Fábio Akira, além das medidas que precisam ser aprovadas pelo Congresso neste ano, o próximo presidente deve trabalhar para que o país apresente um crescimento maior. "Isso facilita o aumento da arrecadação e também a obtenção desse superávit". Ele diz ainda que o salário mínimo precisa ter aumento que não seja superior a inflação, porque isso vem onerando as contas da Previdência Social.

RECEITAS QUE NÃO IRÃO SE REPETIR NO PRÓXIMO ANO

R\$ 7,5 bilhões

de pagamento de dívida com impostos pelos fundos de pensão

R\$ 1,1 bilhão

de tributação sobre lucro líquido da Petrobras

R\$ 1,6 bilhão

de pagamento de débitos judiciais

Precisam ser aprovadas no Congresso para a receita não cair ainda mais:

- Prorrogação da alíquota do IR em 27,5%. Se não for aprovada até o fim do ano, a alíquota cairá para 25%, o que representará uma queda na arrecadação de R\$ 1,9 bilhão

- Prorrogação da manutenção em 3% da CSLL. Se não for aprovada até o final do ano, a taxa cairá para 2% e representará perda de arrecadação de R\$ 1,3 bilhão

esimao@jb.com.br